Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação do Poliduto Uniduto", realizada no dia 02 de dezembro de 2010, na cidade de São Bernardo do Campo/São Paulo.

Realizou-se no dia 02 de dezembro de 2010, às 17h00, no Anfiteatro da Universidade Metodista de São Paulo, na Rua do Sacramento, 230 – Rudge Ramos - São Bernardo do Campo/SP, a audiência pública sobre a "**Implantação do Poliduto Uniduto**", **de responsabilidade da Uniduto Logística S/A**. Dando início aos trabalhos, a **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA**, **Cecilia Martins Pinto** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Gilberto Lourenço Marson, Secretário de Gestão Ambiental, e Ives de Freitas, Secretário-Adjunto de Planejamento Urbano e Ação Regional de São Bernardo do Campo -, do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Paulo Dias Neves, Vereador do município de São Bernardo do Campo e Presidente da Comissão de Meio Ambiente -, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Raimundo Barbosa de Souza, representante da União Brasileira de Atividades Comunitárias -, dos órgãos públicos – na pessoa dos Senhores Renato Nunes, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, Núcleo de São Bernardo e Celso Mazottini Saes, do DAIA – Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB - das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a "Implantação do Poliduto Uniduto", de responsabilidade da Uniduto Logística S/A. A **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA** esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos dos cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA que se inscreverem para fazer uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um, representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAs, cada um com direito igualmente a cinco minutos. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois poderes poderão opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. A **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA** esclareceu que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ela e é também integrada por um representante do CONSEMA eleito entre os conselheiros presentes. Depois de constatar que nenhum conselheiro estava presente, convidou o Senhor Celso Mazotini Saes, vinculado ao DAIA-Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, para compor a Mesa, dado que dela participa também o representante do órgão que licencia. Dadas estas explicações, declarou iniciados os trabalhos. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendimento e da empresa de consultoria responsável pelos estudos ambientais. **Eduardo Nunes,** Gerente de Operações da Uniduto Logística S/A, em linhas gerais ofereceu breve histórico da empresa. Contou que, entre 2006/2007, foi formado um grupo de estudo entre o Governo do Estado de São Paulo e a União das Indústrias da Cana-de-Açúcar, que tratava da necessidade de se desenvolver um meio logístico para o escoamento do etanol no Brasil. Foi feito um estudo de viabilidade técnica-econômica, através do qual se verificou a existência de condições para se empreender um investimento desta envergadura, uma dutovia no Estado de São Paulo. Com a fundação da empresa em março de 2008, iniciaram-se os estudos de engenharia ambiental do empreendimento. Hoje, soma mais de 80 usinas, composta de grandes grupos sucroalcooleiros brasileiros. Por outro lado, no que diz respeito à exportação do etanol, explicou que ela vem-se expandindo e, nos anos 2008-2009, só não foi maior pela total falta de estrutura de escoamento do produto. Destacou, por fim, o apoio do Governo do Estado, que se manifestou através da assinatura de um Protocolo de Intenções, em julho de 2010. Enfatizou que o Projeto Uniduto prevê o aumento da capacidade de escoamento que será de aproximadamente 16,6 bilhões de litros, no período entre 2022-2025. A extensão do duto será 604 quilômetros e ele atravessará 46 municípios; para sua implantação será necessário um investimento de aproximadamente 2,9 bilhões de reais. O início da operação está previsto para o final de 2013. Esclareceu ainda que existem quatro centros coletores, que se ligam através de modais. Aqueles que se localizam nos municípios de Serrana, Botucatu e Santa Bárbara D'Oeste são terminais rodoviários e ferroviários; já aquele que será implantado em Anhembi, além de rodoviário, também receberá a produção que será escoada pela Hidrovia Tietê-Paraná. Acrescentou que a empresa está aplicando todas as normas nacionais e internacionais e utilizando a melhor tecnologia disponível. Passo a passo, passou a descrever o processo de implantação do duto, que será enterrado e todo o trecho sinalizado, com proteção extra em áreas com maior risco. Enfatizou que a maior preocupação do projeto se refere à segurança, não somente quanto à sua instalação, mas também em relação às pessoas. Também esclareceu que se deu o nome poliduto e não etanolduto porque não existe legislação específica para o etanol, mas somente para oleodutos ou gasodutos, e que o projeto, foi considerado poliduto pela possibilidade de transportar outros produtos. **Cláudio Bolzani,** Coordenador de Projetos da MKR, Tecnologia, Serviços, Indústria e Comércio Ltda., empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentou com detalhes a análise realizada dos impactos ambientais e dos aspectos geológicos, geográficos, climáticos, econômicos e sociais envolvidos no projeto, da metodologia empregada para consecução dos dados e subsídios que consubstanciaram os estudos ambientais. Ofereceu um breve histórico sobre as várias etapas do processo do licenciamento, que se iniciou com o protocolo do Termo de Referência até a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

apresentação do EIA/RIMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Raimundo Barbosa de Souza**, depois de fazer várias críticas ao processo de licenciamento e implantação dos trechos do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, fez críticas contundentes ao processo de licenciamento do Uniduto Poliduto, objeto de análise da presente audiência. Entre as críticas feitas incluem-se: 1. a intervenção que o empreendimento promove no Parque Estadual da Serra do Mar; 2. as condições em que esta audiência está sendo realizada, sem a necessária divulgação, dada à inexistência de faixas, e em local e horário inadequados; 3. os significativos impactos que o empreendimento causará em cinco municípios do ABC banhados pela Represa Billings, precisamente no Canal do Rio Grande; 4. os impactos que a manutenção do empreendimento causará; 5. a contradição existente entre a implantação do Rodoanel, que corta áreas de mananciais, e a expulsão da população da mesma área, com a alegação de que ela promove ações incompatíveis com a preservação dessa área; e a lamentável ausência do Ministério Público nessa audiência. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. **Gilberto Lourenço Marson,** Secretário de Gestão Ambiental de São Bernardo do Campo relatou as diversas intervenções que a cidade vem sofrendo, como as obras do rodoanel, que têm deixado cicatrizes ambientais no município. Disse que o município não quer esse duto, pois está cansado de recepcionar obras que chegam como solução ambiental, como esse duto, e que , durante a apresentação do projeto, foi sugerido que esse duto passasse em outro lugar. Afirmou que essa obra não é de interesse social, mas, sim, de interesse comercial porque irá passar pelo Município de São Bernardo do Campo transportando milhões e milhões de litros de produtos. Argumentou que, durante reunião sobre o projeto realizada na Secretaria de Gestão Ambiental, foi dito que o duto transportaria somente etanol, mas os estudos se referem também à gasolina e ao biodiesel. Acrescentou que esse empreendimento abrirá uma trincheira de 30 metros numa extensão de 14 quilômetros bem no coração da Serra do Mar. Chamou a atenção para o fato de se implantar, ainda em 2010, uma obra após outra, embora todas percorram trajetórias idênticas sem que se interliguem, o que evitaria sérias repercussões ambientais. **Ives de Freitas,** Secretário-Adjunto de Planejamento Urbano e Ação Regional de São Bernardo do Campo também concordou que audiências públicas sobre empreendimentos de grande porte deveriam ser mais bem divulgadas e convocadas para um horário entre 18h30 e 19h00, o que contaria com uma maior participação das pessoas. Disse que, ainda na fase do trabalho, foi procurado pela equipe que elaborou o projeto com a qual discutiu as várias alternativas de traçado do duto. Salientou que o sistema dutoviário, do ponto de vista ambiental, traz uma economia, uma qualidade na redução da poluição, e assegura condições ambientais melhores do que o transportes, movido a combustível de origem fóssil. Disse que é do interesse do município viabilizar a transposição Planalto-Litoral da melhor maneira possível e reconheceu que o trabalho apresentado levantou alternativas para isso. Mas, acrescentou, a discussão é se a alternativa escolhida é ou não a melhor para o município. Disse que, na época das discussões entre a prefeitura e a empresa sobre as alternativas de traçado, cogitou-se aproveitar o sistema da EMAE. Mas, para isso, seria necessário impactar a Represa Billings, o Parque Estadual da Serra do Mar e o Rio das Pedras. A Prefeitura procurou, então, entendimentos com o Governo Federal com o objetivo de usar o sistema da Petrobrás, já impactado e existente desde a década de quarenta; ou seja, buscou permissão para utilizar a faixa ou a área próxima da faixa de domínio da empresa, mas até agora não teve resposta. Ressalvou que não existem muitas alternativas, mas, da mesma forma que os empreendedores, por razões de natureza estratégica, já deslocaram o terminal do Guarujá para a Praia Grande, sugeriu que fossem realizados novos estudos para deslocar esse eixo em direção ao Litoral

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Sul, mesmo que haja prejuízo de natureza econômica, pois para o município, haverá um ganho ambiental. Reconheceu a qualidade técnica dos estudos ambientais, mas disse ser inadmissível a passagem do duto pelo Jardim da Represa, onde a população já foi impactada pelas obras do Rodoanel, com a secção da área. E a única alternativa possível será realmente passar longe dos assentamentos urbanos que existem no Jardim Represa. **Paulo Dias Neves** reafirmou os impactos ambientais que os moradores do Jardim Represa vêm sofrendo ao longo dos anos. Disse que é morador daquele bairro e que uma obra dessa envergadura, que se orienta por conceito social e econômico, não pode ser comparada com um crime ambiental da mesma forma que os moradores que ocupam a área de proteção dos mananciais, não podem ser considerados criminosos ambientais. Acrescentou que, apesar de considerar que o Uniduto tem seus pontos positivos, principalmente quanto ao transporte rodoviário, trabalhará junto com a comunidade para obter esclarecimentos mais profundos sobre a dutovia e impedir a passagem dessa obra pelo Jardim da Represa, em especial em toda cidade de São Bernardo do Campo. Concluiu que irá entrar com requerimento solicitando que essas tratativas, as compensações sociais, econômicas e ambientais para o município possam ser apresentadas por escrito à Câmara dos Vereadores, e solicitar uma audiência pública à altura desse empreendimento. Passou-se à etapa das réplicas. **Eduardo Nunes**, respondendo às várias questões formuladas e dúvidas suscitadas, ofereceu os esclarecimentos que se seguem: reconheceu que foram poucas as perguntas formuladas, pois a maioria dos manifestantes ofereceu depoimentos. Disse que a Uniduto é uma empresa ética e, como tal, sempre se pautou pela transparência. Acrescentou que, nas reuniões processadas com as prefeituras, a empresa apresentou o que era viável e sempre ouviu o outro lado, tentando encontrar soluções junto com os outros. Afirmou que em nenhum momento se deu o encerramento de qualquer discussão com a Prefeitura de São Bernardo do Campo, e que talvez tenha havido uma falta de entendimento. Esclareceu que, no trecho que passará por São Bernardo do Campo, que vem de Caieiras a Praia Grande, o duto transportará apenas o que se encontra detalhado nos estudos ambientais, inexistindo nesse trecho a possibilidade de escoamento de outro produto. Concluiu que, no futuro, também será discutido com as concessionárias os impactos nas rodovias. **Vanderlei** esclareceu que a transferência do terminal do Guarujá para a Praia Grande se deu única e exclusivamente por motivos ambientais e que do ponto de vista econômico ficou bem pior. Discorreu tecnicamente sobre o porquê da mudança e salientou que foram feitas diversas reuniões para se procurar outras alternativas para a passagem do duto, mas que a única opção encontrada para se chegar ao Porto de Santos é passar por São Bernardo do Campo. Também destacou que o maior impacto desse empreendimento seja sentido na qualidade do ar, uma vez que será muito mais vantajoso o escoamento do produto pelo duto do que seu transporte por caminhões. Concluiu que em relação às audiências públicas existe um regramento, que foi atendido plenamente, pois foram colocados os estudos de impacto ambientais à disposição do público, os quais foram expostos no Paço Municipal, e a audiência foi divulgada através de rádio e de televisão. **Claudio Bolzani** ressalvou que não há como comparar esse empreendimento com o Rodoanel, porque são intervenções de porte, objetivos e interesses muito diferentes. Declarou que, para se chegar ao traçado atual, foram feitos vários estudos. Reconheceu que, para o empreendedor, seria muito mais fácil desviar dos braços das Represas Guarapiranga e Billings do que propor uma intervenção direta nelas, sem propor o furo direcional. Explicou que, apesar de ser mais fácil essa intervenção direta, o empreendedor não fez isso, não porque seja bonzinho, mas porque se tivesse adotado essa proposta ela não seria aprovada pelo órgão competente. Portanto, acrescentou, o empreendimento foi obrigado a propor um método mais caro, um traçado mais longo, para conseguir

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

a aprovação do empreendimento. Esclareceu que a elaboração do estudo levou quinze meses de discussão com as prefeituras envolvidas. Concordou que, entre todas as dificuldades colocadas, as mais importantes são a transposição das Represas Billings e Guarapiranga e a interferência no Parque Estadual da Serra do Mar. Mas que não vê outra solução. Ressalvou que desde a apresentação do traçado para a Prefeitura de São Bernardo do Campo, foi questionado em relação ao Jardim da Represa. A partir daí, começaram outras discussões. Afirmou que, se houver outra alternativa, que seja viável em termos de implantação, isso será feito, o que não impede que a licença prévia do empreendimento, fique atrelada à essa condição. Enfatizou que foram analisadas seis alternativas para atravessar a Serra do Mar, e se a Secretaria do Meio Ambiente, através da Fundação Florestal, não se convencer da viabilidade ambiental da alternativa proposta não concederá a licença. **Cecilia Martins Pinto** esclareceu que a questão do horário das audiências públicas do CONSEMA é um questão polêmica. Explicou que as audiências eram feitas às 19h00, mas foram questionados pelo Ministério Público, porque, quando elas eram longas tarde da noite e as pessoas tinham dificuldades de retornar às suas casas. Esclareceu que houve várias tentativas para fazer as audiências em outros horários, mas que o mais adequado é o de 17h00. Falou que, quando da realização da audiência pública, o empreendedor é obrigado a apresentar ao CONSEMA todos os comprovantes da divulgação, com fotos e cópias das inserções em veículos de comunicação, assim como em jornais de grande circulação. **Celso Mazotini Saes** esclareceu que os estudos de impacto ambientais encontram-se em análise no Setor de Avaliação de Empreendimentos Lineares, por uma equipe multidisciplinar. Declarou que outros setores da CETESB, como o de avaliação de águas subterrâneas, de águas superficiais, de avaliação da qualidade do ar, de emergência e de análise de risco estão sendo consultados e suas contribuições serão incorporadas na análise do processo. Acrescentou que também estão sendo consultados todos os órgãos envolvidos, de alguma maneira, com o empreendimento, como as unidades de conservação e os comitês de bacias hidrográficas. Concluiu que o Setor de Avaliação trabalha com todas as medidas possíveis para a mitigação dos impactos que serão causados pelo empreendimento e que quando a análise é finalizada e se constata a viabilidade ambiental, as licenças são emitidas com todos os condicionantes para as fases seguintes do licenciamento, quais sejam, a licença de instalação e a licença de operação. Depois de declarar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas e que tudo havia sido registrado e será juntado ao processo a ser encaminhado ao DAIA-Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a Secretária-Executiva Adjunta informou que, a contar da data desta audiência, os interessados têm o prazo de (cinco) 5 dias úteis para encaminhar à Secretaria Executiva do CONSEMA, ou pelos Correios, ou para o endereço eletrônico – consema@consema.sp.gov.br – ou protocolando no setor as contribuições ou sugestões para o aprimoramento do projeto. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br